CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

Direito Constitucional

01. A forma federativa de Estado adotada pela CF dota os estados-membros de soberania, o que lhes permite a capacidade de se auto-organizarem por meio de suas próprias constituições.

02. Direito fundamental pode sofrer limitações, mas é inadmissível que se atinja seu núcleo essencial de forma tal que se lhe desnature a essência.

03. A cidadania envolve não só prerrogativas que viabilizem o poder do cidadão de influenciar as decisões políticas, mas também a obrigação de respeitar tais decisões, ainda que delas discorde.

04. O poder constituinte derivado reformador efetiva-se por emenda constitucional, de acordo com os procedimentos e limitações previstos na CF, sendo passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

05. No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- **a)** As normas constitucionais de eficácia limitada não dependem de lei integradora para a imediata produção de seus efeitos.
- **b)** As normas de eficácia contida são aquelas que produzem a plenitude dos seus efeitos, mas podem ter o seu alcance restringido.
- **c)** As normas programáticas consubstanciam programas e diretrizes estabelecidos pelo legislador ordinário para atuação futura dos órgãos estatais administrativos.
- **d)** O direito de greve dos servidores públicos foi consagrado, segundo o STF, em norma constitucional de eficácia plena.
- **e)** As normas constitucionais de eficácia plena são também chamadas de normas de eficácia redutível.

06. Segundo a Constituição Federal, ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante. Com base nessa regra, o STF tem entendimento firmado no sentido de que é ilegal o uso de algemas, devendo o Estado assegurar outros meios para evitar a fuga de presos e o perigo à integridade física de terceiros.

07. (CESPE/2010) A utilização de critérios distintos para a promoção de integrantes do sexo feminino e do masculino de corpo militar viola o princípio constitucional da isonomia.

08. A dimensão substancial da liberdade de expressão guarda relação íntima com o pluralismo político na medida em que abarca, antes, a formação da própria opinião como pressuposto para sua posterior manifestação.

09. De acordo com a CF, e com base no direito à escusa de consciência, o indivíduo pode se recusar a praticar atos que conflitem com suas convicções religiosas, políticas ou filosóficas, sem que essa recusa implique restrições a seus direitos.

10. As entidades associativas, se expressamente autorizadas, possuem legitimidade para representar seus filiados na esfera judicial

11. Na hipótese de iminente perigo, o poder público competente poderá requisitar o uso de propriedade particular, estando assegurada ao proprietário a possibilidade de ser indenizado em caso de dano ao seu patrimônio.

12. A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.

13. O direito adquirido, entendido como aquele que já se incorporou ao patrimônio do seu titular, não poderá ser prejudicado por lei posterior.

14. Gravação de conversa telefônica sem autorização judicial, registrada por um dos interlocutores, é considerada prova ilícita, ante o sigilo das comunicações telefônicas, constitucionalmente assegurado.

15. De acordo com a CF, prescinde de prévia decisão judicial

a) o ingresso, durante o dia, em casa de particular, sem o consentimento deste.

b) a dissolução compulsória das associações ou suspensão compulsória de suas atividades.

c) o cancelamento de concessão ou permissão para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, antes de vencido o seu prazo.

d) a perda da nacionalidade pelo brasileiro naturalizado que adquirir outra nacionalidade.

e) a interceptação de comunicações telefônicas para prova em investigação criminal e em instrução processual penal.

16. A instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor público para apuração de irregularidade funcional garante ao servidor o direito de impetrar habeas corpus para impedir o prosseguimento do processo administrativo.

17. A CF, ao garantir o direito social à alimentação adequada, impõe que o poder público implemente políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

18. A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a invocação da reserva do possível como óbice à concretização do acesso aos direitos sociais.

19. No que se refere à organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

a) A competência da União e dos municípios é expressa, sendo a competência dos estados remanescente ou residual.

b) É possível, mediante emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, a criação de municípios nessa unidade da Federação, atendidos os princípios estabelecidos na CF.

c) Cada uma das unidades integrantes da Federação brasileira é ente autônomo e soberano, capaz de auto-organização, auto-legislação, autogoverno e autoadministração.

d) Sendo o Brasil um Estado laico, é vedado aos entes federativos estabelecer cultos religiosos e igrejas ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, o que inclui a colaboração de interesse público.

e) Dado o poder de autonomia, os estados podem estabelecer, em suas Constituições, a participação da assembleia legislativa na nomeação, exoneração ou destituição, pelo governador, de secretário estadual.

20. Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e aos ministros de Estado expedir decretos para a regulamentação das leis.

21. Considere que o presidente da República, na presença de policiais que o escoltavam, tenha cometido uma tentativa de homicídio contra um servidor. Nessa situação, mesmo tendo presenciado o delito, os policiais não poderão efetuar a prisão em flagrante do presidente da República.

22. Os atos do presidente da República que atentem contra a lei orçamentária são considerados crimes de responsabilidade, nos termos da CF, e devem ser julgados pelo Senado Federal.

23. Com base no que dispõe a CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) A renúncia ao mandado pelo presidente da República prejudica, por perda de objeto, o processo de impeachment eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática.

b) Por força do princípio da inafastabilidade jurisdicional, eventual decisão condenatória proferida pelo Senado Federal em julgamento por crime de responsabilidade estará sujeita a controle judicial posterior.

c) Por ser norma punitiva, o rol de crimes de responsabilidade previsto na CF é taxativo, nele não podendo ser inseridos novos tipos.

d) A CF admite excepcionalmente a edição, pelo presidente da República, de decreto como fonte normativa primária, o chamado decreto autônomo.

e) Em processo de impeachment por crime de responsabilidade, o contraditório e a ampla defesa somente são exercidos pelo presidente da República perante o Senado Federal, na fase de processo e julgamento.

24. À luz do disposto na CF, assinale a opção correta no que se refere ao Poder Legislativo.

a) Os ministros integrantes do TCU são escolhidos pelo presidente da República, entre os indicados em lista tríplice encaminhada pelo tribunal, e são sabatinados pelo Congresso Nacional.

b) O Poder Legislativo federal é composto pelo Senado Federal, representante dos estados e do Distrito Federal; pela Câmara dos Deputados, representante do povo; e pelo TCU, responsável por proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.

c) No Poder Legislativo da União, há três órgãos deliberativos, já que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional são detentores de competências, regimentos internos, mesas e serviços próprios.

d) As comissões parlamentares de inquérito são permanentes e organizadas por matéria, sendo uma de suas funções receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

e) Se não for apreciada em sessenta dias, a medida provisória será automaticamente prorrogada uma única vez, de modo que seu prazo máximo de vigência será de cento e vinte dias, após o qual ela perde sua eficácia.

25. A cláusula de reserva de plenário determina que somente pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial pode ser declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

26. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão do Poder Executivo, embora atue como instância correcional do Poder Judiciário.

27. Em decorrência do princípio da independência funcional, cada um dos membros do MP vincula-se somente à sua convicção jurídica, quando se trata de assunto relacionado com sua atividade funcional.

28. Com referência à estrutura e ao funcionamento do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

a) Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são nomeados pelo presidente da República após aprovação do Congresso Nacional.

b) É permitido aos servidores do Poder Judiciário cumprir atos de expediente, sendo-lhes vedado realizar atos administrativos

c) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão do Poder Executivo, embora atue como instância correcional do Poder Judiciário.

d) São garantias da magistratura a inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios e a vitaliciedade.

e) O Tribunal de Contas da União é órgão superior do Poder Judiciário.

29. O CNJ é integrado por quinze membros, entre eles dois juízes estaduais e dois desembargadores de tribunal de justiça, indicados pelo STJ.

30. A decretação de estado de sítio pode importar na restrição de direitos fundamentais como o direito de reunião, de propriedade e de inviolabilidade da correspondência.

31. O estado de sítio é medida mais branda de defesa do Estado e das instituições democráticas e, diferentemente do estado de defesa, não exige autorização prévia do Congresso Nacional para que possa ser decretado pelo presidente da República.

32. O estado de defesa e o estado de sítio são medidas excepcionais previstas no texto constitucional e visam à restauração da ordem em momentos de crise.

33. Os eclesiásticos estão isentos de prestar o serviço militar obrigatório em tempo de paz.

34. O direito à livre associação sindical é aplicável ao servidor público civil, mas não abrange o servidor militar, já que existe norma constitucional expressa que veda aos militares a sindicalização e a greve.

35. O oficial condenado, na justiça comum ou militar, por sentença transitada em julgado, a pena privativa de liberdade superior a dois anos deve ser submetido a julgamento para que seja decidido se é indigno do oficialato ou com ele incompatível, podendo perder o posto e a patente.

36. O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

37. A Constituição Federal estabelece como forças auxiliares e reserva do Exército as polícias e os corpos de bombeiros.

38. Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.

39. A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.

40. As polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabendo-lhes a incumbência de exercer genericamente as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais e militares, além de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

GABARITO

1.C 2.C 3.C 4.C 5.C 6.E 7.E 8.C 9.C 10.C 11.C 12.E

13.C 14.E 15.D 16.E 17.C 18.C 19.A 20.E 21.C 22.C

23.D 24.C 25.C 26.E 27.C 28.D 29.E 30.C 31.E 32.C

33.C 34.C 35.C 36.C 37.E 38.C 39.E 40.E

Direito Processual Penal

01. O inquérito policial continua sendo um procedimento inquisitivo, mesmo após a publicação da Lei 13245/2016, que altera dispositivos do Estatuto da OAB referentes às prerrogativas dos advogados na fase de investigação criminal.

02. O MP pode realizar, por si só, atos de investigação criminal, podendo requisitar diligências e a instauração de inquérito policial. O inquérito policial, por sua vez, é um procedimento exclusivo da polícia judiciária.

03. Em regra, o juiz não pode condenar o acusado com fundamento, exclusivamente, nos elementos produzidos no inquérito policial, salvo quando se tratar de provas cautelares, não repetíveis ou provas antecipadas.

04. Segundo precedente do STJ, procede-se mediante ação penal condicionada à representação no crime de estupro praticado contra vítima que, por estar desacordada em razão de ter sido anteriormente agredida, era incapaz de oferecer resistência apenas na ocasião da ocorrência dos atos libidinosos. HC 276.510-RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 11/11/2014, DJe 1º/12/2014.

05. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (ECA, artigos 241, 241-A e 241-B), quando praticados por meio da rede mundial de computadores. STF RE-628624.

Não se confundem interceptação, escuta e gravação, pois nesta não está presente a figura do terceiro, e na interceptação não há o conhecimento de nenhum dos interlocutores. Exige-se a prévia autorização judicial para as duas primeiras. A interceptação telefônica está prevista pelo art. 5º, XII, e foi regulamentada pela Lei nº 9.296/1996. A gravação não está disciplinada expressamente na Constituição nem na referida lei, sendo admitida com base na relatividade dos direitos e garantias fundamentais. Cuidado, gravação clandestina de conversa informal entre policial e indiciado, Prova Ilícita!

06. **Gravação clandestina** de "**conversa informal**" do **indiciado** com **policiais**. 3. Ilicitude decorrente – quando não da evidência de estar o suspeito, na ocasião, ilegalmente preso ou da falta de prova idônea do seu assentimento à **gravação** ambiental – de constituir, dita "**conversa informal**", modalidade de "interrogatório" sub – reptício, o qual – além de realizar-se sem as formalidades legais do interrogatório no inquérito **policial** (C.Pr.Pen., art. 6º, V) – , se faz sem que o **indiciado** seja advertido do seu direito ao silêncio.

07. A prisão temporária só poderá ser decretada mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, vedada sua decretação de ofício pelo juiz. Por outro lado, a prisão preventiva poderá ser decretada ex offício, quando no curso da ação penal.

08. De acordo com precedente da 6ª Turma do STJ (maio 2016), o acesso ao conteúdo de conversas pelo Whatsapp em celular apreendido durante flagrante pela polícia precisa de autorização judicial para ser considerado como prova em processo judicial. RHC 51531 STJ 6 TURMA

09. É da competência da Justiça estadual o julgamento de contravenções penais, mesmo que conexas com delitos de competência da Justiça Federal.

10. No lugar da teoria da ubiquidade, adotada pelo Código Penal para definir o "lugar do crime", o Código de Processo Penal acolheu a teoria do resultado para a determinação da competência, como regra, referindo-se ao lugar da consumação. No caso de tentativa, a competência firma-se "pelo lugar em que for praticado o último ato de execução" (artigo 70 do Código de Processo Penal).

Língua Portuguesa

Conectivos: O Uso Das Conjunções E Dos Pronomes Relativos

O Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo.

01. A conjunção "entretanto" (R.3) introduz, no período em que ocorre, uma ideia de

a) oposição.
b) adição.
c) condição.
d) causa.
e) consequência.

Os especialistas calculam que o Brasil deixa de ganhar ao menos 8 bilhões de reais por ano por não reciclar toda essa grande quantidade de resíduos gerados no país.

02. Seriam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto II caso o trecho "por não reciclar" (R.31) fosse substituído por

a) porque não recicla.
b) quando não recicla.
c) se não reciclar.
d) sem reciclar.
e) para não reciclar

Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de reescrita para o quarto parágrafo do texto III, a seguir transcrito.

"É importante ressaltar que o grafite, inicialmente, foi uma arte caracterizada pela autoria anônima, por meio da qual o grafiteiro transformava a cidade em um importante suporte de comunicação artística sem delimitação de espaço, de mensagem ou de mensageiro."

03. Assinale a opção em que a proposta apresentada preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

a) É importante destacar que, inicialmente, o grafite foi uma arte marcada pela autoria anônima; nessa arte, a cidade era transformada pelo grafiteiro em um importante suporte de comunicação artística sem delimitação de espaço, de mensagem ou de mensageiro.
b) Inicialmente, é importante destacar que o grafite foi uma arte caracterizada pela autoria anônima, em que o grafiteiro tornava a cidade em um importante suporte de comunicação artística sem delimitar espaço, mensagem ou mensageiro.
c) É importante ressaltar que o grafite, de início, foi uma arte que caracterizou-se pela autoria anônima, onde o grafiteiro transformava a cidade em um suporte importante de comunicação artística sem delimitação de espaço, mensagem ou mensageiro.
d) É relevante ressaltar que o grafite foi uma arte, inicialmente, caracterizada pela autoria anônima, em que o grafiteiro transformava a cidade por um suporte de comunicação artística, importante e sem delimitação de espaço de mensagem ou de mensageiro.
e) Importa destacar que, no início, o grafite foi uma arte marcada pela autoria anônima, cujo grafiteiro alterava a cidade em um suporte importante de comunicação artística sem circunscrição de espaço de mensagem ou de mensageiro.

04. Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto III caso a palavra "Portanto", no trecho "Portanto, o que importava naquele momento era a arte em si e não o nome de seu

autor" (R. 20 e 21), fosse substituída por

a) Pois.
b) No entanto.
c) Logo.
d) Entretanto.
e) Porquanto.

05. Assinale a opção correta a respeito dos aspectos linguísticos e dos sentidos do último período do primeiro parágrafo do texto II: "Os lixões deverão dar lugar a aterros sanitários, que, se não representam uma solução perfeita, ao menos são locais mais adequados para o depósito dos rejeitos, uma vez que evitam problemas como os citados anteriormente".

a) A supressão da vírgula empregada logo após "sanitários" preservaria o sentido do trecho.
b) O sujeito da forma verbal "representam" é a expressão "Os lixões".
c) Seria preservado o sentido do trecho caso a expressão "ao menos" fosse deslocada para imediatamente após "adequados".
d) A substituição de "dar lugar" por **substituir** preservaria o sentido do trecho.
e) O pronome "que", em "que (...) ao menos são locais mais adequados", refere-se a "aterros sanitários".

A história do grafite no Brasil iniciou-se na década de 70 do século XX, precisamente na cidade de São Paulo, em uma época conturbada da história do Brasil, época essa (4) silenciada pela censura resultante da chegada dos militares ao poder.

Paralelamente ao movimento que despontava em Nova (7) York, o grafite surgiu no cenário da metrópole brasileira como uma arte transgressora, a linguagem da rua, da marginalidade, que não pedia licença e que gritava nas paredes da cidade os (10) incômodos de uma geração.

A partir disso, a arte de grafitar se transformou em um importante veículo de comunicação urbano, corroborando, de (13) alguma maneira, a existência de outras vozes, de outros sujeitos históricos e ativos que participam da cidade.

06. No texto III, o pronome isso, em "A partir disso" (R.11), refere-se

a) ao contexto histórico brasileiro na década de 70 do século XX.
b) a "arte transgressora" (R.8).
c) às características do grafite.
d) a "paredes da cidade" (R.9).
e) à história do surgimento do grafite no Brasil

"Se chorar, chorar é vão / porque os dias vão pra nunca mais" (v. 10-11)

07. Em relação aos versos em evidências, é correto afirmar:

a) os conectores "Se" e "porque" expressam, respectivamente, ideia de condicionalidade e motivo.
b) a forma nominal "chorar" exerce, nas duas situações, a mesma função morfossintática.
c) a palavra "vão", nos dois registros, pertencem ao verbo ir.
d) o termo "mais", dentro do contexto da oração, tem valor expletivo e pode ser dispensado.
e) a vírgula usada nesse contexto separa orações coordenadas entre si.

08. A frase em que o vocábulo mas tem valor aditivo é:

a) "Perseverança não é só bater em porta certa, mas bater até abrir". (Guy Falks);
b) "Nossa maior glória não é nunca cair, mas sim levantar toda vez que caímos". (Oliver

Goldsmith);

c) “Eu caminho devagar, mas nunca caminho para trás”. (Abraham Lincoln);

d) “Não podemos fazer tudo imediatamente, mas podemos fazer alguma coisa já”. (Calvin Coolidge);

e) “Ele estudava todos os dias do ano, mas isso contribuía para seu progresso”. (Nouailles).

1 Ao tentar explicar o processo criativo, alguns
autores de tendência psicanalítica oferecem argumentos
interessantes sobre como o inconsciente pode estar envolvido
4 nisso. Para Storr, trata-se de uma relação entre criação e
prazer que parece valer tanto para a criação artística quanto
para a científica. Beveridge faz referência a esse prazer
7 quando considera a pesquisa científica uma aventura
intelectual. O próprio termo aventura lembra ventura, que é
sinônimo de prazer, felicidade, além de englobar ainda a
10 característica de alguém que está disposto a correr riscos e a
enfrentar o desconhecido. Com relação às características do
ambiente sociocultural, observam-se diferenças entre
13 sociedades quanto à extensão e à profundidade com que são
cultivados os traços favorecedores da produção e a respeito
de que oportunidades são oferecidas para o desenvolvimento
16 das habilidades e potencialidades de cada indivíduo.
Constata-se que valores diversos predominam em sociedades
distintas com relação à inovação e ao estímulo ao talento
19 criativo.

09. No desenvolvimento das ideias no texto, o pronome relativo “que”,

a) na linha 5, refere-se a “prazer”; por isso, admite a substituição por o qual.

b) na linha 8, tanto se refere a “aventura” quanto a “ventura”, pois os dois termos são tomados como sinônimos.

c) na linha 10, poderia ser omitido sem que isso acarretasse erro gramatical no período em que se encontra.

d) na linha 13, é precedido pela preposição “com” porque se refere a “características do ambiente sociocultural” (L.11).

e) na linha 15, é precedido pela preposição “de”, a qual não pode ser omitida, pois faz parte da expressão “a respeito de” (L.14-15).

1 Infelizmente, ao mesmo tempo em que promove uma fantástica revolução nas comunicações interpessoais, a Internet também proporciona espaço para aproveitadores e
4 irresponsáveis divulgarem insinuações e maledicências.

O efeito viral da rede, especialmente das mídias sociais, encarrega-se de dar efetividade ao preceito do ministro
7 da propaganda nazista Joseph Goebbels, de que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. Na Internet, as mentiras e as invenções acabam sendo repetidas milhões de vezes, com
10 potencial para causar danos a organizações sérias e arruinar a reputação de pessoas inocentes.

As novas tecnologias deram poderes imensos aos
13 indivíduos, que podem ser usados para o bem e para o mal. É saudável que os cidadãos possam operar a rede mundial de computadores para fiscalizar seus representantes, para
16 acompanhar o que acontece no mundo e para interagir com os veículos de comunicação. Mas esta interatividade torna-se perniciosa quando é usada para disseminar acusações
19 infundadas, para lançar suspeitas ou para agredir a verdade. A era do patrulhamento *online* coloca as sociedades democráticas diante de um novo desafio, que consiste em
22 separar o joio do trigo, em administrar sensatamente as pressões coletivas, acatando o que for construtivo, mas também repudiando firmemente as manipulações mal-intencionadas.

Zero Hora (RS), Editorial, 22/4/2010.

10. Assinale a opção correspondente a expressão ou termo que substitui corretamente o segmento “de que” (L.7).

a) segundo o qual

b) do qual

c) onde

d) cujo

e) em cujo

GABARITO

01 – A

02 – A

03 – A

04 – C

05 – E

06 – E

07 – A

08 – E

09 – E

10 – A

Leis Especiais

- **Dica 01** - É típica a conduta de portar **arma** de fogo sem autorização ou em desconformidade com determinação legal ou regulamentar, ainda que **desmuniciada**, "por se tratar de delito de perigo abstrato, cujo bem jurídico protegido é a incolumidade pública, independentemente da existência de qualquer resultado naturalístico".
- **Dica 02** - O emprego de **arma** de fogo, ainda que comprovadamente **desmuniciada**, tipifica o crime de roubo, pois, por si só, tem o condão de infligir à vítima "grave ameaça". Todavia, porque inexistente a potencialidade lesiva, não há como aplicar a majorante do inc. I do § 2º do art. 157 do Código Penal.
- **Dica 03** - Em razão do caráter permanente do **tráfico** de drogas, cuja **consumação** se prolonga no tempo, a revista pessoal ou domiciliar que ocasionou a prisão em flagrante, não representa prova ilícita.
- **Dica 04** - Na lei de organização crimi nosa a ação controlada exige apenas prévia comunicação ao Juiz compete. Já nos casos da lei de drogas e da lei da lavagem de dinheiro exige prévia autorização judicial.
- **Dica 05** - A norma constitucional cuidou de enunciar as restrições a ser impostas àqueles que venham a cometer as infrações penais adjetivadas de hediondas. Não incluindo nesse catálogo de restrições a vedação à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, assim como a concessão de liberdade provisória.
- **Dica 06** - "O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.
- **Dica 07** - Os tipos dos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 são autônomos, tal como ocorre em se tratando de outros crimes e o disposto no art. 288 do CP. (...) Uma vez configurada a associação para o tráfico, não se abre, ante a integração a grupo criminoso, campo propício para a observância da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006." (HC 104.134, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 18-10-2011, Primeira Turma, DJE de 9-11-2011.)
- **Dica 08** - Prevalece nesta Casa de Justiça o entendimento de que o crime em causa é de natureza formal, bastando a prova, portanto, da participação do menor em delito capitaneado por adulto. A tese de que o delito do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente exige prova da efetiva corrupção do menor implica, por via transversa, a aceitação do discurso de que nem todas as crianças e adolescentes merecem (ou podem receber) a proteção da norma penal.
- **Dica 09** - Na lei 4898/65 (Abuso de autoridade), o fato de a lei citar que o direito de representação será exercido por meio de petição dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade (art. 2º), não pode ser compreendido no sentido de transformar os crimes da lei 4898/65 como crimes de ação penal pública condicionada a representação.
- **Dica 10** - Não confundir o crime de homicídio qualificado pela tortura com o crime de tortura qualificado pela morte, no qual o sofrimento que o agente impõe à vítima deve ter por finalidade um dos objetivos mencionados na lei (obter informação, declaração ou confissão de alguém; provocar ação ou omissão criminosa; por discriminação racial ou religiosa; para impor castigo ou medida preventiva). Sendo a morte decorrente dos excessos na execução do crime, ou seja, a morte decorre da culpa,. Assim, a figura do crime de tortura qualificada pela morte (art. 1°, §3°, da Lei n.° 9.455/97) é exclusivamente **preterdolosa**.

Informática

Redes

→ Pilha de Protocolos padrão para comunicação em redes: ___________[1]

> Protocolos:

- HTTP:

____
____
____

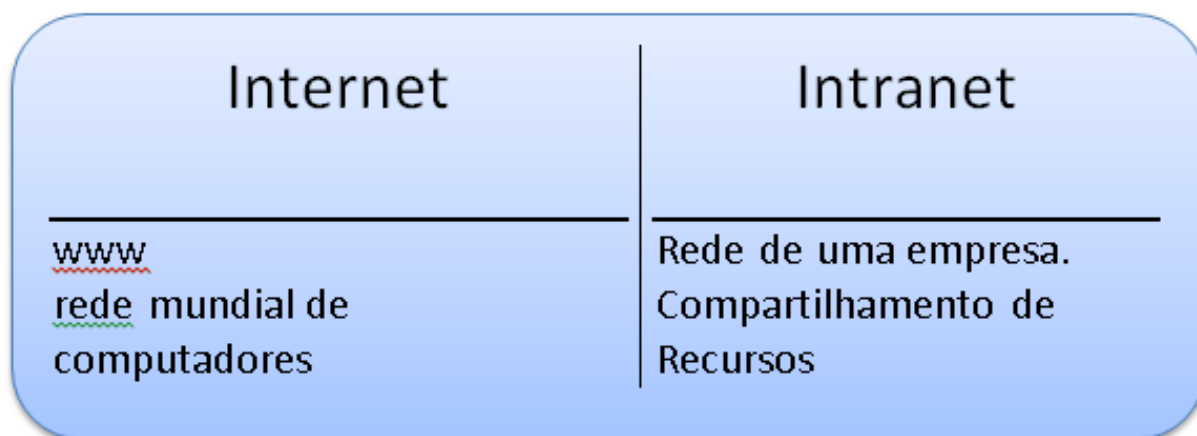
- HTTPS:

____
____
____

- FTP:

____
____
____

- Tipos de rede:

Internet	Intranet
www rede mundial de computadores	Rede de uma empresa. Compartilhamento de Recursos

Correio Eletrônico

Atualmente a forma mais usada para acessar o e-mail pessoal é através do Navegador de Internet, essa forma de acesso ao e-mail é chamada de __________________[2], sendo assim, os protocolos utilizados para ler e escrever um e-mail, é o protocolo ________[3] ou ________[4] quando se deseja uma segurança maior.

Outra forma de enviar e receber e-mails é através de um programa _____________________ ___________[5], que é instalado no computador do usuário.

→ Protocolos de Clientes de e-mail.

Para enviar e-mails os programas cliente de e-mail utilizam o protocolo _________[6]. Enquanto que, para o recebimento podem ser utilizados os protocolos ________[7] ou _________[8].

O Protocolo ___________[9] tem por característica baixar os arquivos de e-mail para o computador do usuário, já o protocolo __________[10] é utilizado quando se deseja apenas acessar o e-mail direto no servidor de e-mail.

URL = Uniform Resource Locator

Uma URL é um_________________[11], que pode ser um endereço de um site como também um endereço de e-mail ou mesmo um endereço de um arquivo no computador. Um endereço é único, ou seja, leva apenas a um local, porém podem existir dois ou mais endereços diferentes que levam ao mesmo local.

→ Exemplos de URLs Válidas:

- HTTP://www.alfaconcursos.com.br
- HTTPS://google.com
- professor@joaopaulo.pro.br
- 200.201.88.30
- file:///C:/Users/jotap/alfa/revisão-de-vesperaPMpr2013

Cloud

As características de uma aplicação na nuvem envolvem serviços pagos de acordo com o uso (necessidade) de forma que para isso o serviço deva ser mensurável.

Não depender de requisitos mínimos de hardware é uma grande vantagem das aplicações em nuvem, uma vez que se torna mais democrático para o usuário.

Os dois tópicos são: CLoud Storage (armazenamento) e Cloud Computing (Computação).

No que tange a computação na nuvem tem-se as aplicações:

» Google Docs;

» Microsoft WebApps;

Já no armazenamento temos:

» Google Disco/Drive;

» Microsoft Skydrive

» Dropbox;

Segurança Da Informação

O ___________________________[12] é responsável por monitorar as portas do Computador/Rede impedindo ou permitindo a passagem das informações.

→ Malwares

- **Vírus:**

____
____
____

- **Worms:**

____
____
____

- Trojan Horses:

____
____

____

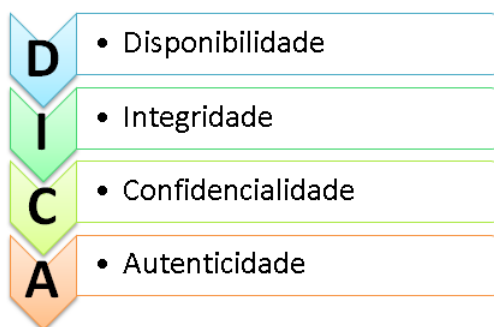
- Spywares:

____
____
____

- Ataques
- Phishing:

____
____
____

- Princípios Básicos da Segurança da Informação

D • Disponibilidade
I • Integridade
C • Confidencialidade
A • Autenticidade

- Certificado Digital

Par de chaves que pode ser usado para assinar uma mensagem ou criptografar uma comunicação.

____
____
____

- Assinatura Digital

Garante apenas: ____[13] e a ____________________________[14]

Backup

É a cópia de segurança dos arquivos, não impede que sejam acessados ou alterados, é apenas um resguardo para que em caso de perdas. Tipos

» **Disco de Restauração;**

» **Imagem do Sistema;**

» **Backup Completo;**

» **Backup Diferencial;**

» **Backup Incremental;**

____
____
____

Editores De Planilha

Arquivo salvo pelo Excel é uma ____________________________[15].que pode conter uma ou

mais ______________________[16]

- Modos de Endereçamento

Relativo	Misto		Absoluto
Coluna Linha	$Coluna Linha	Coluna $Linha	$Coluna$Linha
CL	$CL	C$L	CL
A2	$A2	A$2	A2

> Operadores aritméticos

+ adição, – subtração, * Multiplicação, / Divisão, ^ potenciação, % percentagem.

- Funções
- Soma

=SOMA(A1:A5)

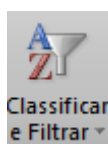
> Média

=MÉDIA(A1:A5)

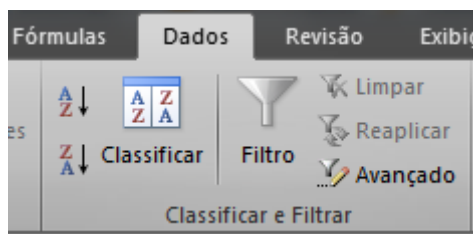
Calcula a média dos valores das células A1, A2, A3 A4 e A5.

Obs.: Células vazias são ignoradas.

- SE

=SE(Condição; ;)

- Filtro

Aba Página Inicial

É possível filtrar os dados e classificar

Windows

Bibliotecas não contém arquivos apenas listam os arquivos de vários locais diferentes.

8.1 Ferramentas de Sistemas

- Backup;
- Restauração de Sistema;
- Limpeza de Disco

- Desfragmentador

Windows 10

Gerenciador de arquivos

- Nome= Explorador de Arquivos;
- Interface Ribbon.
- **Diretório Raiz** é o C:\ a pasta C:\users\ contém as pastas dos usuários.

Novidades do Windows

- Múltiplas áreas de trabalho;
- Botão Visão de Tarefas;
- Central de Ações;
- Microsoft Edge.
- Acesso rápido;
- Apps integrados.

Linux

Diretório	Descrição
/dev	• (devices): Armazena os drivers dos dispositivos.
/bin	• (binaries): Armazena os binários essenciais para o funcionamento do sistema. Como também comandos básicos do SO como: rm, pwd, su, tar entre outros.
/Sbin	• (binaries): Armazena os binários essenciais para o funcionamento do sistema que sejam vinculados ao Super Usuário (administrador).
/mnt	• (Mount): Conhecido como ponto de montagem padrão, é o local através do qual se tem acesso as unidades de armazenamento, CD-Roms e Pendrives conectados no computador.
/etc	• Armazena os arquivos de configuração do Sistema Operacional.
/boot	• Arquivos necessários para o boot do Sistema.
/tmp	• Arquivos Temporários
/home	• Armazenas as pastas dos Usuários.
/root	• Diretório do Administrador

Comandos básicos Linux:

ls ___________________[17]

cd __________________[18]

exit_________________[19]

cp _________________[20]

rm_________________[21]

mv________________[22]

chmod____________________[23]

chown___________________[24]

(Endnotes)

1 TCP/IP

2 Webmail

3 HTTP

4 HTTPS

5 Cliente de E-mail

6 SMTP

7 POP

8 IMAP

9 POP

10 IMAP

11 endereço

12 Firewall

13 Integridade

14 Autenticidade

15 Pasta de Trabalho

16 Planilhas

17 Lista arquivos e pastas da pasta atual.

18 Permite navegar entre as pastas

19 Sair

20 Copiar arquivos e/ou pastas

21 Remover arquivos e/ou pastas

22 Mover Arquivos e/ou pastas, pode ser usado também para renomear um arquivo ou pasta.

23 Muda as permissões de um arquivo ou pasta

24 Alterna o dono de um arquivo ou pasta.

Atualidades

Atualidades Do Brasil – Política E Sociedade

Retrospectiva Eleições 2014

> Dilma Rousseff : 51,64% 54.501.118 VOTOS

> Aécio Neves : 48,36% 51.041.155 VOTOS

- VOTOS APURADOS: 112.683.879
- VÁLIDOS: 105.542.273(93,66%)
- BRANCOS : 1.921.819 (1,71%)
- NULOS: 5.219.787 (4,63%)
- ABSTENÇÃO: 30.137.479 (21,10%)

TCU Recomenda Ao Congresso Reprovar Contas Do Governo De 2014

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, por unanimidade, o parecer do ministro Augusto Nardes pela rejeição das contas do governo federal de 2014. Devido a irregularidades, como as chamadas "pedaladas fiscais", os ministros entenderam que as contas não estavam em condições de serem aprovadas.

Pedaladas Fiscais

Anotações

____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____
____

Pedido De Impeachment De Dilma: Os Argumentos Ponto A Ponto

Abertura do processo foi autorizada pelo presidente da Câmara. Pedido acolhido foi feito pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, informou que autorizou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O pedido é assinado por dois juristas, Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior, além da advogada e professora da USP Janaina Paschoal e representantes de movimentos contra a corrupção.

Crimes

Segundo os juristas, Dilma cometeu crimes de responsabilidade previstos na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal:

1)Atos contra a probidade na administração

2) Atos contra a lei orçamentária;

3) Atos contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais;

4) Crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:

Impeachment

Constituição Federal

→ Cronograma Impeachment

- **29 de março**: Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma
- **17 de Abril**: Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. Impeachment recebeu 367 votos favoráveis e 137 contrários. Processo seguirá para o Senado, que decidirá se julga denúncia
- **26 de Abril**: Tucano é confirmado como relator do impeachment de Dilma.
- **12 de maio**: Temer assumiu o posto em 12 de maio, depois de o Senado afastar a presidente Dilma Rousseff, ao aprovar a continuidade a processo de impeachment que tramita na Casa.

Dilma Rousseff permanecerá afastada por até 180 dias. Enquanto isso, os senadores julgarão se ela cometeu ou não crime de responsabilidade. Caso o Senado não decida dentro desse prazo, Dilma retorna à Presidência mesmo com o processo ainda em tramitação.

Operação Lava Jato

O nome da Operação Lava Jato decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

Esquema para entender

→ Deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal, tem como objetivo desmantelar um complexo esquema que segundo suspeitas atuava em:

> Suspeitas:

- Lavagem de dinheiro de pessoas físicas e jurídicas
- Pagamento de propina a políticos
- Caixa 2 para financiar partidos aliados do governo
- Corrupção de agentes públicos
- Sonegação fiscal e evasão de divisas
- Desvios de recursos públicos e da Petrobras

> Personagens:
- Petrobras
- Agentes Públicos
- Políticos
- Empresários
- Doleiros

> Diretores na época:
- Abastecimento: Paulo Roberto Costa (2004 – 2012)
- Internacional: Nestor Cerveró (2003-2008) e Jorge Zelada (2008-2012)
- Serviços: Renato Duque (2003-2012)

Delação Premiada

Colaborador Estado

Essa técnica de investigação ganhou notoriedade ao ser usada pelo magistrado italiano Giovanni Falcone para desmantelar a Cosa Nostra.

→ **Lei 12.850/13**

Todavia, um procedimento completo foi previsto apenas na Lei 12.850/2013, que prevê medidas de combate às organizações criminosas.

> *Os benefícios variam de perdão judicial, redução da pena em até 2/3 e substituição por penas restritivas de direitos (art. 4º).*

A colaboração deve ser: voluntária e efetiva (art. 4º). Esta é, aliás, uma das características marcantes da colaboração premiada: o benefício depende da efetividade da colaboração, isto é, de resultado. O resultado pode ser a identificação de cúmplices e dos crimes por eles praticados, a revelação da estrutura e funcionamento da organização criminosa, a prevenção de novos crimes, a recuperação dos lucros obtidos com a prática criminosa ou a localização de eventual vítima com sua integridade física assegurada (art. 4º, I a V).

- Quem participa para a negociação da formalização do acordo?

O juiz não deve participar das negociações para formalização do acordo de colaboração.

Apenas o colaborador, seu advogado, o delegado de polícia e o representante do Ministério Público participam (art. 4º, § 6º).

Negociado o acordo ele deve ser formalizado contendo o relato do colaborador e eventuais resultados pretendidos, as condições da proposta do Ministério Público e da autoridade policial, a declaração de aceitação do colaborador e de seu defensor, as assinaturas de todos os participantes e a especificação de medidas de proteção ao colaborador e sua família (art. 6º).

O termo do acordo é então encaminhado, com cópia da investigação e das declarações do colaborador, ao juiz, para homologação (art. 4º, § 7º). Após a homologação, iniciam-se propriamente as medidas de colaboração (art. 4º, § 9º). Parte fundamental do acordo é que o colaborador renuncia ao seu direito ao silêncio e fica compromissado a dizer a verdade (art. 4º, § 14).

Além disso, a Lei 12.850/2013 exige a presença de advogado em todos os atos de negociação, confirmação e execução da colaboração (art. 4º, 15º). A eficiência do acordo é julgada pelo juiz, na sentença (art. 4º, § 11), que não pode condenar apenas com base nas declarações do colaborador, devendo possuir meios de prova diversos (art. 4º, § 16).

Marinha Coloca Relatório Da Lama Do Rio Doce Sob Sigilo Por 5 Anos

O resultado das pesquisas feitas por um navio da Marinha do Brasil na foz do Rio Doce está sob sigilo por cinco anos, limitando o acesso apenas à União. A pesquisa mostra o impacto da lama de rejeitos da mineradora *Samarco*, que poluiu o rio e parte do mar no Norte do Espírito Santo, após o rompimento de uma barragem.

Número De Notificações De Microcefalia Em Pe Sobe Para 1.912

Do total de 1.912 notificações, 803 se encaixam nos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a malformação congênita. Ainda de acordo com a SES, foram registrados 28 casos de bebês natimortos e 26 que faleceram logo depois do nascimento, somando 54 óbitos.

A pasta ainda informou que 4.088 gestantes com exantemas na pele foram notificadas desde o dia 2 de dezembro de 2015 até 30 de abril de 2016. Dentro desse total, houve 23 detecções de microcefalia intra útero. Apesar das notificações, a SES esclarece que as manchas vermelhas no corpo de mulheres grávidas não significam, necessariamente, a confirmação do diagnóstico de microcefalia no bebê.

→ **Zika Vírus**

Houve 9.216 notificações de zika vírus em 142 municípios de Pernambuco e no arquipélago de Fernando de Noronha. Ao todo, houve 23 confirmações.

→ **Chikungunya**

Para a chikungunya, foram feitas 18.678 notificações em 184 municípios pernambucanos e em Noronha. Do total de notificações, 3.732 casos foram confirmados, com 20 mortes.

→ **Dengue**

Ainda em Pernambuco houve 67.165 notificações de casos de dengue. Dentro desse número, houve 12.320 casos confirmados e cinco óbitos. Assim como na chikungunya, as notificações foram feitas em 184 municípios pernambucanos e em Fernando de Noronha.

Direito Administrativo

01. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) A responsabilidade civil objetiva das concessionárias e permissionárias de serviços públicos abrange somente as relações jurídicas entre elas e os usuários dos serviços públicos.

b) A responsabilidade civil objetiva aplica-se a todas as pessoas jurídicas de direito público.

c) O princípio da pessoalidade é o que orienta a responsabilidade civil do Estado.

d) As pessoas jurídicas de direito público não se responsabilizam pelos danos causados por seus agentes.

e) A responsabilidade da administração pública será sempre objetiva.

02. Se determinado agente de uma sociedade de economia mista estadual, concessionária do serviço de energia elétrica, causar, durante a prestação de um serviço, dano à residência de um particular,

a) a concessionária responderá objetivamente, de acordo com a teoria do risco integral, caso fiquem comprovados o dano causado ao particular, a conduta do agente e o nexo de causalidade entre o dano e a conduta.

b) a concessionária de serviço público poderá responder pelo dano causado ao particular, independentemente da comprovação de culpa ou dolo do agente.

c) haverá responsabilidade subjetiva do estado federado, caso a concessionária de serviço público não tenha condições de reparar o prejuízo causado.

d) será excluída a responsabilidade da concessionária e a do estado federado, caso o particular tenha concorrido para a ocorrência do dano.

e) a concessionária não responderá pelo dano, por não possuir personalidade jurídica de direito público.

03. Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil do Estado.

a) O Estado será responsável pelos danos que seus agentes causarem, sendo incabível a ação regressiva mesmo no caso de dolo e culpa do agente.

b) À semelhança do que ocorre no direto civil, o direito administrativo admite a culpa concorrente da vítima, considerando-a causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.

c) A responsabilidade civil do Estado refere-se à obrigação de reparar os danos causados por seus agentes a terceiros em decorrência de suas atuações, mas não por suas omissões.

d) O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da irresponsabilidade do Estado.

e) Segundo a CF, a responsabilidade civil do Estado abrange as pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as executoras de atividade econômica.

04. A teoria que impera atualmente no direito administrativo para a responsabilidade civil do Estado é a do risco integral, segundo a qual a comprovação do ato, do dano e do nexo causal é suficiente para determinar a condenação do Estado. Entretanto, tal teoria reconhece a existência de excludentes ao dever de indenizar

05. Para a configuração da responsabilidade civil do Estado, é irrelevante licitude ou a ilicitude do ato lesivo. Embora a regra seja a de que os danos indenizáveis derivam de condutas contrárias ao ordenamento jurídico, há situações em que a administração pública atua em conformidade com o direito e, ainda assim, produz o dever de indenizar.

06. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço prestado.

07. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, todas as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que integrem a administração pública responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

08. Considere que um particular, ao avançar o sinal vermelho do semáforo, tenha colidido seu veículo contra veículo oficial pertencente a uma autarquia que trafegava na contramão. Nessa situação, o Estado deverá ser integralmente responsabilizado pelo dano causado ao particular, dado que, no Brasil, se adota a teoria da responsabilidade objetiva e, de acordo com ela, a culpa concorrente não elide nem atenua a responsabilidade do Estado de indenizar.

GABARITO

01 – B

02 – B

03 – B

04 – ERRADO

05 – CERTO

06 – CERTO

07 – ERRADO

08 – ERRADO

Direito Penal

Princípios da Legalidade

Art. 1 *– Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Princípio da Insignificância:

O princípio da insignificância é causa supralegal de exclusão da tipicidade (o fato não será crime). Exige a presença dos seguintes requisitos:

Requisitos objetivos: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica.

Requisitos subjetivos: importância do objeto material para a vítima (situação econômica + valor sentimental do bem); e circunstâncias e resultado do crime.

Lei Penal No Tempo

Art. 2º *– Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Parágrafo único *– A Lei posterior, que de qualquer forma modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença transitado em julgado.*

Regra: Irretroatividade da Lei

Exceção: Retroatividade para beneficiar o réu

Retroatividade

Ultratividade

Lei Excepcional Ou Temporária

Art. 3º *– A Lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessada as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.*

Lei Excepcional: utilizada em períodos de anormalidade social. Ex: guerra, enchente

Lei Temporária: período de tempo previamente fixado pelo legislador. Ex: piracema

Características:

> Autorrevogáveis
> Efeito extrativo / Ultrativo
> Não existe Abolitio Criminis

DEFINIÇÃO DE CRIME

Relação De Causalidade

Art. 13 *– O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido*

Causas Supervenientes Relativamente Independentes

§ 1º*. A superveniencia de causa relativamente independente exclui a imputacao quando, por si so, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.*

Exclusão De Ilicitude

Art. 23 *– Não há crime quando o agente pratica o fato:*

I – em estado de necessidade;

II – em legítima defesa;

III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Direito Penal – Parte Especial

Dos Crimes Contra a Pessoa

Dos Crimes Contra a Vida

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

§ 2º - Homicídio qualificado

§ 3º - Homicídio culposo

§4º - Aumento de pena

§5º -Perdão Judicial

§ 6º Aumento de pena

§ 7º Aumento de pena

____

____

____

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Infanticídio

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Parágrafo único: Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em conseqüência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

____

____

____

____

____

Dos Crimes Contra o Patrimônio

Do furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

ATENÇÃO: A jurisprudência hoje admite a previsão do aumento de pena tanto para o furto simples (caput) quanto para o furto qualificado.

Dos Crimes Contra a Administração Pública Crimes Praticados por Funcionário Público

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Crimes Praticados por Particular

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

QUADRO EXPLICATIVO

DESCAMINHO Art.334	CONTRABANDO Art.334-A
Mercadoria legal	Mercadoria ilegal
Tributo	xxx
Princípio da Insignificância	xxx

Dos Crimes Contra a Administração da Justiça

Favorecimento pessoal

Art. 348 - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

§ 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

§ 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Favorecimento real

Art. 349 - Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Exploração de Prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Acompanhe o quadro abaixo para as diferenças entre o Art. 332 - Tráfico de Influência e o Art. 357 – Exploração de Prestígio

QUADRO EXPLICATIVO

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA ART. 332	EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO ART.357
Ligado ao funcionário público de forma geral (vale para qualquer funcionário público – PF, delegado, escrivão, PRF)	Ligado ao Poder Judiciário (promotor, juiz, defensor público)
Ex.: "B" pede para "A" liberar dinheiro, pois irá influenciar "C". (funcionário público qualquer)	Ex.: "B" pede para "A" liberar dinheiro, a fim de influir o juiz em um processo. (funcionário público ligado à justiça.
OBS.: "C" não pode saber, caso saiba irá responder por outro crime (corrupção passiva por exemplo)	OBS.: A pena é aumentada caso o agente afirme que a vantagem é também destinada ao funcionário público.
Crime praticado por particular contra a Administração em Geral.	Crime contra a Administração da Justiça.

Assuntos Importantes De 2015 Com Reflexos Em 2016

A Atuação Da Polícia Militar

Em 2015, não faltaram notícias sobre a letalidade da PM*. Nossos policiais são os que mais matam no mundo inteiro. E incontáveis foram as inocentes vítimas da truculência e do despreparo em 2015. O caso mais emblemático, certamente, foi o do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, morto na porta de casa no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em plena Semana Santa. Ninguém, até hoje, foi ao menos acusado por este crime.*

Anotações:

____
____
____

O Aquecimento Global

O planeta está cada vez mais quente. E as emissões devem continuar crescendo até 2030, com expansão de 45% em relação a 1990, de acordo com relatório publicado pela ONU. Os esforços realizados pelos países não são – e não serão – suficientes para mitigar as mudanças climáticas. 2015 se encerrou como o ano mais quente já registrado, ultrapassando o simbólico limite da era pré-industrial.

Anotações:

____
____
____

Rede Pública De Ensino

Alunos não permitiram que uma reorganização no ensino proposta pelo governador Geraldo Alckmin acontecesse. A medida previa a divisão do ensino por ciclos para separar os estudantes mais velhos dos mais novos. Com isso, mais de 90 escolas seriam fechadas e destinadas a outros usos. Os estudantes disseram não. Ocuparam os prédios – mais de 200 deles. E exigiram que qualquer reformulação na educação fosse conversada com eles, os principais afetados pela medida.

Anotações:

____
____
____

Igualdade De Gênero

2015 foi o ano das mulheres. Brigaram, lutaram e, mais do que tudo, não se calaram. Elas tomaram as ruas, os palanques, os jornais, os palcos, as redes sociais. As hashtags #chegadesilêncio, #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto são exemplos da exigência posta à mesa: combater o machismo. Um ano de luta por igualdade de gêneros que mobilizou mulheres de todas as classes e cores e fez com o que o assunto se tornasse obrigatório em todo o país.

Anotações:

____
____
____

O Desastre De Mariana

A lama que jorrou da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais, e matou mais de 15 pessoas, era de responsabilidade da mineradora Samarco, cujas ações são de propriedade da Vale e da BHP-Billiton. Também era de responsabilidade do governo, negligente na fiscalização. A barragem extrapolava rejeitos de minério de ferro, que destruíram povoados inteiros, soterraram os peixes e mancharam o mar do Espírito Santo. O maior desastre ambiental da história do Brasil.

Anotações:

____
____
____

A Trégua Entre Estados Unidos E Cuba

A relação mais conflituosa das Américas, enfim, ganhou uma trégua. No dia 20 de julho de 2015, as embaixadas de Havana e Washington foram reabertas. Foi suspenso o embargo dos EUA a Cuba, que firmou o compromisso de se abrir para as organizações internacionais. O passo político mais importante dado entre os dois países nos últimos 50 anos.

Anotações:

____
____
____

O Fracasso Político E Econômico Brasileiro

Nada ficou em pé no Brasil em 2015. A economia despencou, fazendo o país perder a confiança dos investidores, a inflação disparou e o desemprego passou a ser uma temida realidade. Na política, nem se fala. Atualmente, corre um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, o vice Michel Temer se aproxima cada vez mais da oposição. O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, responde por crimes como corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Trágico ano, que destruiu qualquer chance de recuperação para 2016.

Anotações:

____
____
____

As Doenças Disseminadas Pelo Aedes Aegypti

Uma epidemia desconhecida que já deixou quase 2,5 mil bebês com deformação cerebral se espalhou pelo país. O zika vírus, que usa como vetor o Aedes Aegypti, não havia causado microcefalia em nenhum outro lugar do mundo. Além de não saber lidar com a doença, outro grave problema assola o Brasil. Até hoje, não conseguimos controlar o mosquito. Só este ano, mais de 700 pessoas morreram de dengue no Brasil – e mais de 1,5 milhão de casos foram notificados. Um grave problema de saúde pública.

Anotações:

____
____
____

A Busca Por Refúgio

Milhões de pessoas saíram de suas terras natais em 2015 em busca de acolhida em outros países.

O principal foco de dispersão foi a Síria, que vive em conflito desde 2011. Milhares deles, inclusive crianças, morreram em suas rotas de fuga, que se deu principalmente pelo Mar Mediterrâneo na tentativa de chegar à Europa. Mais de 500 mil estrangeiros chegaram à Grécia e outros 140 mil à Itália, de acordo com a ONU. Muitos foram vítimas do tráfico de imigrantes.

Anotações:

____

____

____

O Estado Islâmico Em Guerra

Os fatos que mais chocaram o mundo em 2015 foram os atentados promovidos pelo Estado Islâmico*, especialmente à França, que tiveram como marco oficial o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, em janeiro. Em novembro, novos ataques, que começaram no tradicional Bataclan, deixaram mais de 120 pessoas mortas. Uma guerra sangrenta que, infelizmente, está só no começo.*

Anotações:

____

____

____

Esqueletos De Redação

Sugestão 01

Na sociedade contemporânea, é importante discutir (assunto), pois (mostrar a relevância do assunto).

O primeiro aspecto que deve ser analisado é (1º tópico)...

Além disso, há (2ª tópico)...

Em paralelo a tudo isso, ainda se tem (3º tópico)...

Assim, percebe-se que (assunto) tem uma relevância considerável, pois influencia a vida em sociedade. Portanto, (...).

Sugestão 02

Ao se falar sobre (assunto), é importante entender alguns aspectos que envolvem essa temática. Nesse contexto, discute(m)-se (...).

Em primeiro lugar, é preciso analisar (...).

Cumpre, ainda, destacar que (...).

Ademais, vale ressaltar (...).

A partir das considerações feitas, fica evidente que (...).

Sugestão 03

Um dos assuntos de grande importância para a sociedade atual é (tema). Isso se deve ao fato de (explicar o motivo de ser importante).

Primeiramente, pode-se falar de (1º tópico)...

Além disso, há (2º tópico)...

Por fim, ainda há (3º tópico)...

Portanto, considerando as informações apresentadas, pode-se concluir que ....